

Inclusão social: *A communitas* no centro do desenvolvimento comunitário¹

Social inclusion: *Communitas* at the center of community development

ROSÁLIA COELHO
ESECS-Politécnico de Leiria
Associação de Vale Domingos
Portugal
rosalia.coelho@psientifica.org

JENNY SOUSA
ESECS, CICS. NOVA.IPLLeiria, CI&DEI,
Politécnico de Leiria, Portugal
jenny.sousa@ipleiria.pt

RESUMO

A inclusão social implica humanizar o desenvolvimento, aumentando a coesão social e a criação de vínculos entre as pessoas e os grupos. Quando a comunidade sente que tem direitos e potencialidades, ativa processos participativos na procura pela transformação social. Com o estudo que aqui se apresenta, pretendeu-se conhecer o modo como a comunidade de Vale Domingos perceciona a importância do Parque Botânico de Vale Domingos (PBVD) no aumento do sentimento de pertença à comunidade. Objetivou-se, igualmente, perceber quais as estratégias que permitiram a mobilização e o envolvimento da comunidade local, bem como, compreender a forma como esta comunidade perceciona a importância do PBVD na construção da identidade local e do sentimento de pertença. Como estratégia metodológica, optou-se pelo estudo de caso, tendo sido utilizadas como técnicas de recolha de dados o inquérito por questionário à comunidade e entrevista semiestruturada a informadores-chave. Pelos dados apurados, pode-se afirmar que o PBVD assume o papel central na construção do sentimento de pertença da comunidade Vale Domingos e é reconhecido pelas pessoas como elemento crucial de inclusão social, cidadania e transformação social.

Palavras-chave: Inclusão Social. Comunidade. Desenvolvimento Comunitário. Sentimento de pertença.

ABSTRACT

Social inclusion implies humanising the development, increasing social cohesion and creating bonds between people and groups. When the community feels that it has rights and potential, it activates participatory processes in the search for social transformation. The study presented here sought to understand how the Vale Domingos community perceives the importance of the Vale Domingos Botanical Park (VCDP) in increasing their sense of belonging to the community. It also aimed to understand what strategies allowed the mobilization and involvement of the local community, as well as understand how this community perceives the importance of the PBVD in building local identity and sense of belonging. As methodological strategy, we opted for a case study, based on the techniques of data collection, questionnaire survey to the community and semi-structured interviews with key informants. The data found suggest that the PBVD assumes the central role in building the sense of belonging to the Vale Domingos community and it is recognised by people as a crucial element of social inclusion, citizenship and social transformation.

Keywords: Social Inclusion. Community. Community Development. Sense of belonging.

¹ Recebido em 12 de fevereiro de 2024. Aprovado em 01 de junho de 2024.

INTRODUÇÃO

Debater a inclusão social requer trazer à colação outros fenômenos como a exclusão social. A exclusão social está intimamente associada ao problema relacional de criação de vínculos das pessoas e grupos com as outras pessoas, grupos e organizações da sociedade (Costa, 1998). Por isso, relacionado com a exclusão social está a marginalização e a (des)vinculação com a sociedade, que vai desde a integração plena até à exclusão total. Esta desvinculação acaba por resultar numa perda de cidadania e numa dificuldade cada vez maior de usufruir de direitos (Paula, 2014), naquilo a que Robert Castel (2006) chama de desafiliação. Neste quadro, as noções de solidariedade ganham sentido e significado em processos de inclusão social, principalmente, porque os laços de solidariedade são um importante fator de vínculo pessoal e social, e a sua inexistência pode provocar ruturas sociais, com amplas consequências no reforço do isolamento e/ou da própria exclusão (Xiberras, 1993). Assim, a promoção da inclusão social deve ter como principal preocupação o fortalecimento das redes sociais e de solidariedade e a satisfação das necessidades de uma população como um todo (Mulgan *et al.*, 2007) contribuindo para a mitigação gradual dos seus problemas numa dinâmica de transformação social.

Foi neste quadro que surgiu, em 2011, a construção do Parque Botânico de Vale Domingos (PBVD). Pela força do voluntariado, este parque nasceu na comunidade, que se uniu num objetivo comum: construir algo que possibilitasse a melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali moravam. Portanto, assistiu-se em Vale Domingos (VD) a processos de mobilização e participação comunitária, estruturados no imperativo da ação pela participação (Fragoso, 2005). Tendo este cenário como pano de fundo, foi desenvolvido um estudo que pretendeu responder à seguinte questão de investigação: de que forma a comunidade percebe a importância do PBVD no aumento do sentimento de pertença à comunidade de Vale Domingos? Assim, em termos mais pragmáticos, foram operacionalizados os seguintes objetivos de investigação: O1: Perceber como se deu o surgimento do PBVD; O2: Identificar as estratégias utilizadas para mobilizar e envolver a comunidade na construção do PBVD; O3: Perceber de que forma a comunidade local percebe a importância do PBVD para a construção de uma identidade local; O4: Compreender se a comunidade considera que o PBVD tem contribuído para valorizar o local e a comunidade de VD; O5: Identificar quais as competências que estão a ser desenvolvidas através do PBVD.

No que se refere ao tipo de estudo utilizado nesta pesquisa, optou-se pelo estudo de caso. Quanto aos instrumentos de recolha de dados, foi aplicado o inquérito por questionário a 189 habitantes de Vale Domingos e foram também realizadas entrevistas semiestruturadas a quatro “informadores chave” (Amado, 2017, p. 135-136), ou em outros termos, participantes privilegiados “que estão envolvidos nos fenómenos em estudo” (Tuckman, 2012, p. 689-690). Os resultados permitiram perceber que o PBVD assume um papel central na construção do sentimento de pertença da comunidade Vale Domingos. Para além disso, possibilitaram conhecer o que moveu uma comunidade extremamente vulnerável e estigmatizada, ou seja, Vale Domingos, a envolver-se num projeto coletivo que conta já com 11 anos de história, bem como conhecer as estratégias utilizadas, de forma mais consciente ou inconsciente, que possibilitaram o voluntariado, as vitórias nos orçamentos participativos e a construção do sentimento de pertença e de inclusão social.

O texto que aqui se apresenta encontra-se dividido em quatro partes fundamentais: na primeira parte, é feita uma abordagem aos conceitos enquadradores; de seguida, é apresentada a metodologia, mais concretamente, a pertinência do estudo, a questão de investigação e os objetivos, o tipo de estudo utilizado, as técnicas e os instrumentos eleitos para a recolha e análise dos dados. No momento seguinte, na terceira parte, são apresentados os resultados e é feita a discussão sendo, por fim, apresentadas as conclusões.

Conceitos enquadradores

A pobreza e a exclusão social são características da sociedade portuguesa (Diogo *et al.*, 2015). Alfredo Bruto da Costa (2015), no prefácio do livro *Pobreza e Exclusão Social em Portugal* questiona: do que estamos a falar quando falamos de pobreza e de exclusão social? Este exercício de esclarecimento dos conceitos é especialmente pertinente para que não se corra o risco de os confundir com outro problema social, o da desigualdade. Com efeito, a desigualdade constitui um dos atributos mais complexos das sociedades. Amartya Sen, já em 1979, questionava «igualdade de quê?». A desigualdade será um apanágio da condição humana pelo que teremos de refletir se a mesma poderá ser aceitável ou inaceitável, tendo nos critérios éticos o caminho para a compreensão mais profunda e humana face ao crescimento da incerteza e complexidade. Rui Marques refere que “a incerteza é filha da complexidade” (2019, p. 71) e a complexidade poderá levar ao aumento da desconfiança, começando-se a contar as histórias com ênfase na “diferença”, abrindo-se o caminho do medo, da intolerância e da exclusão, dando origem à criação de um processo de desumanização do “Outro”.

Podendo reforçar o fenómeno de redundância, analisado por Zygmunt Bauman, no seu livro *Vidas Desperdiçadas* (2005, p.20) “então redundante significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso (...) os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem a até melhor sem você”. E isto, afirma Bauman, até mesmo em muitos casos em que a pessoa possa corresponder aos padrões de utilidade (Hume, 2004), uma vez tendo sido já considerado redundante, significa ter sido dispensado pelo facto de ser dispensável.

Assim sendo, a exclusão social é essencialmente um problema relacional de vínculos das pessoas e grupos com as outras pessoas, grupos e organizações da sociedade (Costa, 1998; Nascimento, 2000). Com efeito, o nascer e o viver numa comunidade não conduz, necessariamente, ao sentimento de pertença dessa comunidade (Colaço, 2014; Paula, 2014; Sarason, 1974). Para Robert Castel (2006), a exclusão social representa o estado extremo de um processo de marginalização ao longo do qual se vão quebrando os laços entre a pessoa e os sistemas sociais, alcançando uma dimensão afetiva e relacional. Esta gradual desvinculação com a sociedade vai desde a integração plena até à exclusão total e acaba por resultar numa perda de cidadania que, nas palavras de Paula (2014, p.18), se refere a “[...] não ter direito a ter direitos”. Neste sentido, emerge o conceito de desafiliação, proposto por Robert Castel, que diz respeito a um “modo particular de dissociação do elo social” (2008, p.520). A desafiliação também é alimentada pelo crescente individualismo, assente na lógica de que o indivíduo, ao se tornar o centro, deverá igualmente responder sozinho às suas necessidades. Assim, ganha relevância o aprofundamento dos processos de reafiliação e a forma como estes podem contribuir para a inclusão social. Nesta linha de pensamento, os laços de solidariedade são um importante fator de vínculo pessoal e social, aliados à responsabilidade empática (Hockerts, 2015), e a sua inexistência pode provocar ruturas sociais, tendo como uma das consequências o reforço do isolamento e/ou da própria exclusão (Xiberras, 1993). Assim, a promoção da inclusão social deve ter como foco satisfazer as necessidades de uma população como um todo (Mulgan *et al.*, 2007) contribuindo para a mitigação de alguns dos seus problemas numa dinâmica de transformação social. Nos processos de inclusão social, se acrescentarmos a máxima “trabalhar com as pessoas, e não para as pessoas”, estaremos a promover a capacitação, a participação (Fragoso, 2005), a solidariedade, a cooperação, a dimensão reflexiva (Sousa, 2021) e a conscientização, de que nos fala Paulo Freire (1979), enquanto trilhos fundamentais no caminho da inclusão social. Deste modo, a comunidade ganha consciência dos seus problemas, mas também das suas competências e dos seus

direitos, ficando assim claro que promoção da cidadania é a promoção de inclusão social (Ionescu, 2015; Moysés, 2014; Young, 2002).

A inclusão social implica, também, segundo Finger e Asún (2003), a promoção da democracia participativa, isto é, a ressunção das responsabilidades pelos cidadãos, com base na construção e capacitação das comunidades, assumindo o estado o papel de facilitador. Neste quadro, os Orçamentos Participativos são uma “escola de democracia ou de cidadania” como considera Talpin (2009), uma vez que promovem aprendizagens, relações, interações e sentido de comunidade. Destacamos os impactos dos processos participativos quer na comunidade, quer junto dos próprios participantes, uma vez que permitem uma socialização entre cidadãos que contribui para o crescimento do sentido de comunidade, interligado a um sentimento de pertença a um coletivo, que se traduz na união de esforços das pessoas para atender às necessidades, prioridades e interesses coletivos em detrimento das necessidades e interesses pessoais (Abrantes, 2011; Allegre-Tti *et al.*; 2011. Edwads-Shachter *et al.*, 2012; Leiva, 2014; Margoni; Mene-Guel, 2019; Rahnama, 2010). Deste modo, atinge-se o objetivo central dos pressupostos participativos: o fortalecimento comunitário e o empowerment (Allegretti *et al.*, 2011; Zimmerman & Rappaportm, 1998). Este fortalecimento comunitário tem nos princípios de desenvolvimento comunitário (Amaro, 2003; Carmo, 2002) a sua teia para a construção da *communitas* (Turner, 2012), isto é, um ser-em-comum, a partilha de um espaço de construção, quando as suas vidas em conjunto adquirem um sentido pleno. Isto porque o desenvolvimento comunitário é uma técnica social de mobilização dos sujeitos, mediante a participação ativa e democrática da população, quer no planeamento, quer na execução dos programas destinados a melhorar a sua qualidade de vida (Ander-Egg, 1982).

Assim, através do desenvolvimento comunitário, chegamos a este sentido pleno traduzido na construção de uma identidade coletiva, promovendo o orgulho e o sentimento de pertença, sentimento esse que funciona como escudo para a prevenção de comportamentos de risco e como pilar na construção de projetos de vida (Godoy Izquierdo *et al.*, 2008; Lewis, 2008; Tracy; Robins, 2007). Neste sentido, o sentimento de pertença é um caminho para a inclusão, uma vez que as pessoas sentem que se preocupam umas com as outras e com a comunidade, partilhando a fé de que as necessidades individuais e do grupo serão satisfeitas através do compromisso de permanecerem juntos (Ander-Egg, 1982; Amaro, 2003; Santos, 1999).

Metodologia

Pertinência do estudo, questão de investigação e objetivos

Há cerca de uma década atrás, Vale Domingos (VD) era um território do concelho de Águeda extremamente estigmatizado. Em 2011, surgiu na comunidade o rumor que o terreno baldio junto ao bairro social iria dar lugar a mais um bairro social; a população, discordando, apresentou um projeto coletivo de intercessão comunitária à Junta de Freguesia de Águeda e à Câmara Municipal de Águeda, com o objetivo de criar um parque botânico. Com a construção do Parque Botânico de Vale Domingos pretendia-se, acima de tudo, quebrar a imagem pejorativa de VD e inibir a adoção de comportamentos de risco por parte de indivíduos da comunidade. Assim, a comunidade, pela força do voluntariado, uniu-se neste objetivo comum: a construção do PBVD, assentando este projeto no pressuposto de que a melhoria da qualidade de vida das pessoas depende cada vez mais da participação organizada dos cidadãos (Rahnema, 2010). A mesma comunidade, ao compreender profundamente o Mundo e o seu mundo em particular, cheio de vulnerabilidades e estigma, olhou para os Orçamentos Participativos como um meio para mitigar desigualdades sociais (Cabannes, 2004; Sintomer *et al.*, 2012). Portanto, assistiu-se em Vale Domingos a processos de mobilização e participação comunitária, estruturados no imperativo da ação pela participação (Fragoso, 2005), numa lógica de conscientização, tal como definido por Paulo Freire (1979). Se a ideia surgiu em 2011, o início dos trabalhos de limpeza do espaço do parque aconteceu em 2013, e a plantação das primeiras árvores ocorreu em 2014. Desde então o parque tem crescido pelas mãos da comunidade. Tendo por base o contexto exposto, emergiu a seguinte questão de investigação: De que forma a comunidade percebe a importância do PBVD no aumento do sentimento de pertença à comunidade de VD? Assim, em termos mais pragmáticos, foram operacionalizados os seguintes objetivos de investigação: O1: Perceber como se deu o surgimento do PBVD; O2: Identificar as estratégias utilizadas para mobilizar e envolver a comunidade na construção do PBVD; O3: Perceber de que forma a comunidade local percebe a importância do PBVD para a construção de uma identidade local; O4: Compreender se a comunidade considera que o PBVD tem contribuído para valorizar o local e a comunidade de VD; O5: Identificar quais as competências que estão a ser desenvolvidas através do PBVD. A lógica subjacente a este trabalho resulta da procura em conciliar a coerência concetual dos temas abordados com o processo de investigação empírica levado a efeito.

Tipo de estudo

No que se refere ao tipo de estudo utilizado nesta pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, uma vez que se procuravam respostas para as questões “como” ou “porquê” (Ventura, 2007). Na verdade, e tal como explica Yin (1994), o estudo de caso tem na sua base uma abordagem empírica, que procura investigar fenómenos atuais nos seus contextos reais, recorrendo a diversas técnicas e instrumentos de recolha de dados. Neste trabalho consideramos pertinente para a investigação a utilização da metodologia mista, qualitativa-quantitativa, indo assim ao encontro das ideias de Patton (1990), que considera que o plano de investigação fica mais consistente através da triangulação. Esta utilização conjunta pareceu-nos de basilar importância na investigação aqui realizada, que procurava o conhecimento de dimensões subjetivas como a perceção da importância do PBVD no aumento do sentimento de pertença à comunidade de VD.

Neste sentido, procurou-se compreender como foi possível uma comunidade extremamente vulnerável e estigmatizada, ou seja, a comunidade de Vale Domingos, envolver-se num projeto coletivo, que conta já com 11 anos de história. Para além do “como foi possível?”, isto é, o que moveu esta comunidade para a ação, também despertou interesse investigativo conhecer as estratégias utilizadas, de forma mais consciente ou inconsciente, que possibilitaram o voluntariado, as vitórias nos orçamentos participativos e a construção do sentimento de pertença e de inclusão social.

Técnicas e instrumentos de recolha e análise de dados

Como técnicas e instrumentos de recolha de dados optou-se pelo inquérito por questionário, constituído por questões fechadas, e que foi aplicado a 189 habitantes de Vale Domingos, com as seguintes características: idades compreendidas entre os 18 e os 90 anos ($M=48,59$; $DP=18,90$), sendo 97 sujeitos do sexo feminino (51,3%) e 92 do sexo masculino (48,7%). Em relação ao nível de escolaridade, sete inquiridos (3,7%) referiram ser analfabetos, 66 (34,9%) indicaram ter frequentado/concluído o 1º ciclo do ensino básico, 68 (36,0%) reportaram ter frequentado/concluído o 2º ciclo do ensino básico, 40 (21,2%) referiram ter frequentado/concluído o 3º ciclo do ensino básico, dois (1,1%) indicaram ter frequentado/concluído o ensino secundário, três (1,6%) reportaram ter frequentado/concluído o ensino superior,

enquanto três (1,6%) não responderam a esta questão. No que diz respeito à atual situação profissional, 78 dos inquiridos (41,3%) afirmaram estar empregados, seis (3,2%) referiram estar desempregados, 47 (24,9%) reportaram estar em formação, 51 (27,0%) indicaram ser reformados e sete (3,7%) não responderam a esta questão. Os dados recolhidos através do inquérito por questionário foram tratados através de análise estatística simples (análise da confiabilidade desta escala revelou ótimos valores de consistência interna – alfa de Cronbach = 0,98).

Também foi utilizado o inquérito por entrevista, através da realização de entrevistas semiestruturadas a quatro “informadores chave” (Amado, 2017, p. 135-136), três dos quais voluntários do PBVD (75%) e um não voluntário (25%), com idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos ($M=53$; $DP=10,67$), sendo um do sexo feminino (25%) e três do sexo masculino (75%). Em relação ao nível de escolaridade, um entrevistado tem o 1º ciclo incompleto (25%), um o 3º ciclo do ensino básico (25%) e dois (50%) formação superior. Em termos profissionais, um trabalha como mediador num projeto, um é empresário, um é diretora técnica e um decisor político. Ou em outros termos, participantes privilegiados “[...] que estão envolvidos nos fenómenos em estudo” (Tuckman, 2012, p. 689-690). Procurou-se, desta forma, a triangulação dos dados, uma vez que a compreensão profunda de um fenómeno exige a utilização de “um conjunto amplo e variado de técnicas de recolha de dados” (Amado, 2017, p. 135-136). Como técnica de análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo o que permitiu “[...] interpretar e compreender práticas e experiências, através da construção de significados” (Maia *et al.*, 2017, p. 165).

Resultados e discussão

Neste ponto serão apresentadas as respostas aos objetivos de investigação, cruzando os dados recolhidos pelos instrumentos, com as contribuições teóricas já discutidas. Por fim, serão expostos os principais resultados.

O1: Perceber como se deu o surgimento do PBVD

Os dados recolhidos junto dos informadores chave revelaram que o jantar dos homens foi o ponto de partida para a construção do PBVD, sendo este o momento crucial que catalisou para a ação, no sentido de responder aos diversos problemas identificados (estigma, criminalidade, preconceito, racismo dentro da comunidade e exclusão), “Vale Domingos em si era um problema social” (Entrevistado 1[E.1]), isto porque “tinha um estigma muito grande do ponto

de vista social, económico e criminal” (E.1). A primeira tarefa concretizada pela comunidade foi a génese da ideia, que teve como estímulo a “humildade para reconhecer os seus próprios erros” (E.2) e a “vontade desorientada de querer mudar” (E.2), estímulo captado por empreendedores sociais locais. Com uma profunda responsabilidade empática, isto é uma resposta de compaixão e preocupação e preocupação por testemunhar um profundo sofrimento na comunidade (Hockerts, 2015). O nascimento da ideia do PBVD surge no jantar dos homens, “estavam para ser criados aqui mais dois bairros sociais neste espaço, que é o Parque Botânico, entretanto a comunidade em certa altura quis fazer um protesto, nós estávamos numa reunião (...) que era o jantar dos homens, foi o primeiro evento que criámos para sentar todos os homens à mesa (...) para tentarmos conversar, pôr de lado as nossas diferenças” (E.2), neste jantar surge a ideia da construção do parque “em vez de irmos protestar”. Ideia reforçada, posteriormente, pela vontade da população “todos ficaram muito entusiasmados e contentes e a partir daí foi quando se começou a trabalhar” (E.1), que decide ir mais longe: criar uma parceria com a Junta de Freguesia de Águeda e a Câmara Municipal de Águeda, compreendendo a relevância estratégica de desafiar as organizações públicas a saírem das suas paredes, assegurando-se assim o princípio da cooperação (Carmo, 2002). Em termos de desenvolvimento comunitário, tendo assegurado o princípio de necessidades sentidas, traduzido essencialmente pela mudança da imagem do lugar, assegurando o princípio da cooperação, o desafio seguinte seria trabalhar o princípio da participação.

O2: Identificar as estratégias utilizadas para mobilizar e envolver a comunidade na construção do PBVD

Depois do jantar dos homens, que foi como se viu na resposta ao objetivo anterior o ponto de partida para a mobilização da comunidade, procurou-se, estrategicamente, o envolvimento das famílias mais fortes, que resultaria na participação da restante comunidade. A grande preocupação centrou-se sempre em humanizar o desenvolvimento, envolvendo as pessoas, promovendo a sua participação efetiva em todas as fases do projeto, onde o convite faz cair o “redundante” (Bauman, 2005, p. 20). Estavam lançadas as sementes da participação, da construção da memória coletiva, a memória que permite os pilares da unidade social que engloba todos, interligando laços afetivos, compartilhando socialmente valores e objetivos comuns (Margoni; Meneguel, 2019). E nesta teia de relações, os entrevistados realçam a importância de jantar e almoçar com..., “todos os sábados faziam jantar ou almoço em cada uma das suas casas, aí que me senti, a primeira vez que fui para uma casa, eles querem-me aqui no meio deles, a sério que é verdade. Mas muito envergonhado, entrar todos os sábados

nas casas das pessoas é que abriu mais a minha mente. Tinha uma coisa sentar na mesa com eles” (E.3), que possibilitou a construção de uma identidade coletiva, numa ótica de inclusão social. Isto porque “aquele espaço em que as pessoas paravam para comerem e, portanto, para estarem naquele espaço de conversa e, portanto, as pessoas colocavam-se em pé de igualdade naquele momento fez perceber que passado muito pouco tempo no jantar dos homens também estavam elementos da comunidade cigana e isso aconteceu muito naturalmente” (E.1). Os orçamentos participativos consistiram numa outra estratégia utilizada, pois permitiu dar poder a grupos sociais que pensam que não o têm (Allegretti *et al.*, 2011; Edwards-Shachter *et al.*, 2012). A comunidade percebeu que o poder da participação é fundamental “[...] como um instrumento para conseguir maior eficácia e novas fontes de investimento” (Rahnema, 2010, p. 131). Sentiram que a exclusão está relacionada com a cidadania e a cidadania está relacionada com a participação (Colaço, 2014). O facto de ser uma ideia nova, conjuntamente com a experiência de limpar e construir, foi igualmente identificado pelos entrevistados como relevante para a mobilização da comunidade.

03: Perceber de que forma a comunidade local percebe a importância do PBVD para a construção de uma identidade local

A comunidade local revelou ter uma percepção bastante positiva da importância do PBVD na construção de uma identidade local. Em termos mais concretos, os participantes destacaram o aumento do sentimento de pertença (81,5%), a construção de uma identidade local (90,9%) e o aumento do seu bem-estar geral (90,3%). Cerca de 66,9% dos inquiridos também referiram que o PBVD tem contribuído positivamente para alterar a forma como estes se veem a si próprios e como os outros os veem, num indicador de melhoria da autoestima, diminuição do estigma e aumento da percepção de que são autores competentes das suas próprias vidas (Mulgan *et al.*, 2007) aos seus olhos, sentindo como reconhecida e refletida essa competência nos outros.

De acordo com os informadores chave, com o PBVD temos “um processo de construção de uma identidade coletiva em torno de uma coisa que é de todos” (E.1), uma vez que “o poder daquele parque foi a capacidade de construir uma identidade” (E.1). De realçar que nas entrevistas semiestruturadas foram identificadas como subcategorias construção de identidade coletiva, mudança da imagem do lugar, desenvolvimento pessoal e social e sentimento de pertença. O PBVD foi o caminho para humanizar o desenvolvimento, aumentando o bem-estar da população, promovendo a coesão social e consequente diminuição da exclusão (NASCIMENTO, 2000). A comunidade, ao sentir que tem direitos e potencialidades, ativou a

cidadania relacionada com a participação (Colaço, 2014). E este processo participativo que parte do centro (Young, 2002), das pessoas, potencia a socialização, isto porque de acordo com Abrantes “pela sua natureza social, o ser humano apenas pela socialização pode sobreviver, desenvolver-se e tornar-se pessoa” (2011: 122). Estavam criadas as bases para o desenvolvimento de um sentido de comunidade, de um sentimento de pertença a um coletivo e apego, estima, orgulho ao local (Allegretti, *et al.*, 2011). O PBVD, assume o papel central na construção da *communitas* (Turner, 2012), isto é, as pessoas de Vale Domingos sentem que a sua vida em conjunto ganhou um sentido pleno.

04: Compreender se a comunidade considera que o PBVD tem contribuído para valorizar o local e a comunidade de VD

De acordo com os inquiridos, o PBVD tem contribuído para a valorização do local e da comunidade (100%). Relativamente à evolução do Parque, 94,0% da amostra total afirmou ter conhecimento dos novos elementos no PBVD, sendo que 92,7% dos inquiridos evidenciaram um nível de satisfação moderado e elevado com os mesmos. As melhorias mais apontadas foram a construção do bar (64,4%), a plantação de árvores (12,3%), a manutenção do espaço (9,6%) e o parque infantil (6,9%) que, segundo os participantes, reforçam a valorização do local e do trabalho desenvolvido pela comunidade.

Segundo os informadores chave, no PBVD o voluntariado local detém um papel extremamente relevante na valorização da comunidade. Já o voluntariado realizado por pessoas externas à comunidade é visto como valorização do trabalho desenvolvido: “a conquista também foi pelo facto de trazer muitos voluntários que não são da aldeia, isso traz orgulho para todas as pessoas da aldeia” (E.2). O orgulho, sendo uma emoção autoconsciente, surge como uma resposta a atribuições internas (Lewis, 2008) tendo um papel relevante na adaptabilidade, uma vez que reforça comportamentos que geram orgulho, desenvolve a autoestima, mantém e potencia um estatuto social e aceitação na sociedade (Tracy; Robins, 2007). De acordo com os entrevistados, o PBVD tem contribuído para resolução de problemas sociais como trabalho, isto é a inserção no mercado de trabalho como promotor para se sentir-tem “[...] úteis para a comunidade, para o trabalho (...) que lhes dá uma sensação de bem-estar porque são úteis para a comunidade (...) que o sentimento de utilidade melhora a vida delas” (E.2), que de acordo com Hume (2004), a utilidade é um princípio que influencia a formação dos valores morais e tende a promover o bem-estar público e social. Segundo os entrevistados a valorização da comunidade também esta esplanada no desenvolvimento pessoal e social, isto porque “os projetos do parque botânico servem a

capacitação que dão às pessoas, de tentá-las fazer perceber que elas são capazes”. Identificamos aqui a autoeficácia como um excelente preditor de inúmeros comportamentos (Godoy Izquierdo, *et al.*, 2008), “nós fazemos o levantamento da criminalidade, fazemos esse levantamento constantemente, e é um facto, o impacto que os nossos projetos têm tido na comunidade, nós temos literalmente salvo vidas” (E.2). A melhoria do sentimento de autoeficácia alimenta a esperança “quero acreditar que estes jovens, possam saber que podem fazer diferente, não sei se o vão fazer, mas que possam ter escolha” (E.1) e tornando-se “um exemplo de que é possível mudar” (E.4). Os dados revelam igualmente a valorização ao nível da educação formal, sendo a escolarização fundamental no processo de inclusão social (Ionescu, 2015). A comunidade sente-se valorizada pois o PVBD “aproximou as pessoas” (E.3), sendo este aproximar um trilha relevante para a inclusão social, uma vez que a exclusão social é fundamentalmente um problema relacional de vínculos das pessoas (Costa, 1998).

05: Identificar quais as competências que estão a ser desenvolvidas através do PBVD

O PBVD, uma transformadora obra física, realizada pela força do voluntariado da comunidade local, construiu uma obra humana, traduzida no desenvolvimento de competências pessoais e sociais que, de acordo com os informadores chave, promoveu autoestima e tolerância.

Os resultados da análise descritiva dos questionários indicaram que os benefícios pessoais atribuíveis às atividades do PBVD, mais valorizados pela amostra total foram o maior respeito pelas pessoas e espaço públicos (M=3,53; DP=1,16), a cooperação (M=3,38; DP=1,08), uma atitude mais positiva (M=3,37; DP= 1,10), o otimismo (M=3,36; DP=1,09) e a partilha (M=3,35; DP=1,07).

	M ± DP
Ter mais respeito pelas outras pessoas e pelos espaços públicos	3,53±1,16
Cooperar mais	3,38±1,08
Ter uma atitude mais positiva	3,37±1,10
Ser mais otimista	3,36±1,09
Partilhar mais	3,35±1,07
Ser mais tolerante	3,33±1,10
Se sentir mais confiante	3,28±1,08
Conseguir adaptar-se melhor a diferentes situações	3,27±1,07
Ter mais capacidade de iniciativa	3,22±1,06

Ser mais proativo	3,15±1,04
Ser mais autónomo	3,13±1,09
Escore total	36,44±10,71

Tabela 1: Competências que estão a ser desenvolvidas através do PBVD
Fonte: Fonte própria.

De acordo com os informadores chave, as competências que estão a ser desenvolvidas na comunidade são, primordialmente, a tomada de consciência, isto leva a que “quando estou a fazer uma coisa mal feita, já penso, não quero sujar o meu nome” (E.3). Nas palavras de Paulo Freire “quanto mais refletir sobre a realidade, sobre a sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la” (1979, p. 19). Esta consciência permitiu que “[...] as pessoas descobriram que têm competência para fazer coisas, no seu processo de crescimento individual e mais, podem escolher fazer coisas” (E.1). Este ganhar consciência, esta “[...] dimensão reflexiva, que promove a autonomia e que reconecta os indivíduos pessoal e coletivamente. Refletir permite a ressignificação é, portanto, a assunção de um papel ativo na própria vida” (Sousa, 2021, p.146). Esta capacidade de refletir abriu caminho para a construção, passo a passo, da inclusão e da autoestima, isto é a perceção por parte das pessoas do seu próprio valor (Moysés, 2014). A autoestima surge como resposta afetiva para um processo com origem no plano cognitivo (autoconceito), o olhar-nos como merecedores de respeito e capazes de lidar com os diversos desafios da vida (Moysés, 2014). Para além disso, também se verifica uma maior tolerância, sendo esta última a virtude que nos ensina a aprender com o outro (Freire, 1979). Esta obra física e humana também teve impacto na comunidade local ao nível da inserção no mercado de trabalho, na redução dos níveis de criminalidade e de uma frequência escolar regular. Possibilitou, igualmente, o autoconhecimento e a tomada de consciência de que as pessoas podem fazer escolhas.

CONCLUSÕES

Explanadas as respostas aos objetivos de investigação, retoma-se, agora, a pergunta de investigação: de que forma a comunidade perceciona a importância do PBVD no aumento do sentimento de pertença à comunidade de VD?

Em Vale Domingos era imprescindível fazer diferente para fazer a diferença na vida das pessoas, estando o desenvolvimento comunitário no centro desta renovação (Amaro, 2003). Tendo como objetivo a inclusão social, esta renovação partiu da comunidade, sendo o

diagnóstico de necessidades realizado pela voz do público-alvo de intervenção, que procurou a resposta às suas necessidades através da mobilização das suas capacidades e competências; assim, desde a sua base, o PBVD promoveu o “empoderamento psicológico” (Leiva, 2014; Zimmerman; Rappaportm, 1998). Uma renovação com o imperativo da ação pela participação (Fragoso, 2005), que despertou o sonhar coletivamente (Freire, 2001), com vista à alteração do paradigma de um lugar, melhoria da qualidade de vida e promoção de bem-estar físico e psicológico. Tudo isto assente numa visão integrada da complexidade, na ação pela emoção, da relevância das parcerias, em articulação com o estado.

Face ao exposto nos dados recolhidos e na resposta desenvolvida a cada um dos objetivos de investigação, percebemos que a comunidade local reconhece que o PBVD teve e continua a ter um papel muito importante na valorização de Vale Domingos pela mudança da imagem do lugar, por um lado, e por outro pela mitigação de alguns problemas sociais (aumento de elementos da comunidade integrados no mercado de trabalho, melhoria da escolarização, diminuição da criminalidade, aumento de competências pessoais e sociais, diminuição da exclusão social). Esta perceção da importância tem um bom indicador, o voluntariado, que apesar da Covid-19, sempre se manteve nas diversas ações desenvolvidas ao nível da manutenção do parque, na plantação de árvores e na construção do bar. O voluntariado, em Vale Domingos, é o motor do desenvolvimento comunitário e inclusão social, onde a participação tem o valor central (Fragoso, 2005).

Os resultados também permitem perceber que a comunidade reconhece a importância do PBVD para o aumento do sentimento de pertença em relação à comunidade local, “o sentimento de que somos parte de uma rede de relacionamentos de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (Sarason, 1974, p. 1). O mesmo autor acrescenta que esse “sentimento” funciona como fator protetor uma vez que previne que as pessoas “experimentem sentimentos prolongados de solidão” (Sarason, 1974, p. 1), e que vivam estilos de vida emocionalmente destrutivos. Em VD este sentimento de pertença contribui para a manutenção e coesão da comunidade, isto porque o processo de criação, construção e manutenção do PBVD permitiu a memória coletiva, sendo esta o “cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (Santos, 1999, p. 264), traduzido pela diminuição da criminalidade e aumento do bem-estar geral. Torna-se claro que este projeto, com mais de uma década de história, reflete o forte apego das pessoas pelo PBVD, onde existe um genuíno sentimento afetivo por ele, onde na comunidade respira-se a presença de um sentimento de

pertença, sente-se a transição do estigma para a estima e naturalmente as pessoas uniram-se em torno de um objetivo comum, aumentando as possibilidades de se conseguir um real e amplo processo de desenvolvimento e inclusão social. Em termos mais concretos, salienta-se a importância que o PBVD assume o ponto central da *communitas* (Turner, 2012, p. 1) pela construção de uma identidade local assente em pressupostos participativos vinculativos que conduzem ao sentimento de pertença e à consequente inclusão social.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro. Para uma teoria da socialização. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 21, p. 121-139, maio, 2011.

ALLEGRETTI, Giovanni; GARCÍA LEIVA, Patrícia; PAÑO YÁNEZ, Pablo. **Viajando por los presupuestos participativos: buenas prácticas, obstáculos y aprendizajes**. Málaga: CEDMA, 2011.

AMADO, João (Coord.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento—um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de estudos africanos**, Lisboa, V.4, p. 35-70, jun. 2003.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Metodologia y Práctica del Desarrollo de la Comunidad**. Buenos Aires: El Ateneo, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. (2005). **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CABANNES, Yves. (2004). **72 Perguntas Frequentes sobre Orçamentos Participativos**. Caxias do Sul: UN-HABITAT, 2004.

CARMO, Hermano. (coord). **Problemas sociais contemporâneos**. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

CASTEL, Robert. The roads to disaffiliation: Insecure work and vulnerable relationships. **International journal of urban and regional research**, s.l., v. 24, n. 3, p- 519-535, jun. 2008.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 10, n. 26, p. 19-40, set. 2006.

COLAÇO, João Carlos. Pobreza e exclusão social – problematização e dinâmica na sociedade moçambicana. In: ARRUDA, R.; COLAÇO, J.; BAIA, A. (org.) **O que é a exclusão social?**. Forte da Casa: Escolar Editora, 2014. p.32-56

Rev. Interd. em Cult.e Soc. (RICS), São Luís, v.10, n. 1, jan./jun. 2024
ISSN eletrônico: 2447-6498

COSTA, Alfredo Bruto. *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998.

COSTA, Alfredo Bruto. Prefácio. In: DIOGO, F.; CASTRO, A.; PERISTA, P.; SILVA, M.C. (orgs). **Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos**. Edições Húmus, 2015. p. 7-16.

DIOGO, Fernando; CASTRO, Alexandra; PERISTA, Pedro (org.) **Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos**. Ribeirão: Edições Húmus, 2015.

FINGER, Matthias; ASÚN, José Manuel. **A educação de adultos numa encruzilhada: aprender a nossa saída**. Porto, Porto Editora, 2003.

FRAGOSO, António. Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 18, n. 1, p. 23-51, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo, Ed. Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GODOY IZQUIERDO, Débora; GODOY GARCÍA, Juan; LÓPEZ-CHICHERI GARCÍA, Isabel; MARTÍNEZ DELGADO, Antonio; GUTIÉRREZ JIMÉNEZ, Susana; VÁZQUEZ VÁZQUEZ, Luisa. Propiedades psicométricas de la Escala de Autoeficacia para el Afrontamiento del Estres (EAEAE). **Psicothema**, Oviedo, v. 20, n. 1, p. 155-165, abr. 2008.

IONESCU, Cornel. About the conceptualization of social innovation. **Theoretical and Applied Economics**, Autumn, v. 22, n. 3, p. 53-62, maio 2015.

HOCKERTS, Kai. The social entrepreneurial antecedents scale (SEAS): A validation study. **Social Enterprise Journal**, s.l., v. 11, n. 3, p. 260-280, novembro, 2015.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEIVA, Patrícia Garcia. Psychological Empowerment in Participatory Budgeting. In: DIAS, N. (ed.). **Hope for Democracy: 25 years of Participatory Budgeting Worldwide**. S. Brás de Alportel: In Loco Association, 2014. p. 443-451.

LEWIS, Michael. Self-conscious emotions: Embarrassment, pride, shame, and guilt. In: LEWIS, M.; HAVILAND-JONES, J. M.; BARRETT, L. F. (Eds.). **Handbook of emotions**. New York: Guilford, 2008. p. 742-756.

MAIA, Sara Vidal; BAPTISTA, Maria Manuel; MARTINS, Moisés Lemos. Quando a análise de conteúdo “vai mais além”: análise de textos escritos por mulheres n'O Ilhavense. In: PINTO-COELHO, Z.; RUÃO, T.; ZAGALO, N. (eds.). **Arte, políticas e práticas**. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2017. p. 161-184.

MARGONI, Catherine Cavalcanti; MENEGUEL, Cinthia Rolim Albuquerque. (2019). A memória coletiva do idoso e a sua parceria com a inovação social do turismo de Santos. In: MATOS, P.; LOPES, D.; MUYLDER, C. (eds.). **Inovação Social – Casos na Comunidade de Países de Língua Portuguesa**. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2019. p. 17-50.

MARQUES, Rui. Líderes Ubuntu a três tempos-cuidar, ligar e servir. *In*: Academia de Líderes Ubuntu. **Construir Pontes Ubuntu-Para uma liderança servidora**. S.l: Academia de Líderes Ubuntu, 2019. p.69-104.

MOYSÉS, Lúcia. **A autoestima se constrói passo a passo**. São Paulo: Papirus Editora, 2014.

MULGAN, Geof; ALI, Rushanara; HALKETT, Richard; SANDERS, Ben. **In and out of the sync: the challenge of growing social innovation**. s.l.: NESTA – National Endowment for Science, Techonology and the Arts, 2007.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (2000). Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *In*: BURSZTYN M. (org.). **No Meio da Rua-Nômades, Excluídos e Viradores**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000, p. 56-87.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation and research methods**. S.l: SAGE Publications, inc., 1990.

PAULA, Ricardo. Visíveis e Invisíveis – inquietações e fragilidades no dilema da inclusão e da exclusão social. *In*: ARRUDA, R.; COLAÇO, J.; BAIA, A. (coord.). **O que é a exclusão social?**. Forte da Casa: Escolar Editora, 2014, p. 14-30.

RAHNEMA, Majid. Participation. *In*: WOLFGANG, S. (ed.) **The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power**. 2 ed. London & New York: Zed Books, 2010. p.127-144
SANTOS, Boaventura Sousa. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999.

SARASON, Seymour. **The psychological sense of community: Prospects for a community psychology**. Brookline: Brookline Books, 1974.

SEN, Amartya. **Equality, Equality of What? The tanner lecture on human values**, delivered at Stanford University, maio, 1979.

SINTOMER, Yves; HERZBERG, Carsten; ALLEGRETTI, Giovanni; RÖCKE, Anja. Aprendendo com o Sul: O Orçamento Participativo no Mundo-um convite à cooperação global: Estudo. **Diálogo Global**, Bona, v.25, p. 1-81, mar. 2012.

SOUSA, Jenny. A animação artística na construção de um envelhecimento mais ativo criativo. *In*: SOUSA, J.; SANTOS, M. J.; MAGUETA, L.; LOPES, M. D. S. P.; BRITES, L. (coords.). **Emoções, Artes e Intervenção-Perspetivas Multidisciplinares**. Coimbra: Almedina, 2021. p. 143-153.

TALPIN, Julien. Schools of Democracy: How ordinary citizens become competent in Participatory Budgeting Institutions in Europe. *In*: DALY, K.; SCHERGURENSKY, D.; LOPES, K. (eds.). **Learning Democracy by Doing: Alternative Practices in Citizenship learning and Participatory Democracy**. Toronto: Transformative Learning Centre, 2009. p. 682-694.

TRACY, Jessica; ROBINS, Richard. The psychological structure of pride: a tale of two facets. **Journal of personality and social psychology**, v. 92, n.3, p. 506 -525, mar. 2007.

TUCKMAN, Bruce. **Manual de Investigação em Educação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

TURNER, Edith. (2012). **Communitas: A antropologia da alegria coletiva**. S.l: Springer, 2012.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, set/out. 2007.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da Exclusão: Para uma construção do Imaginário do Desvio**. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1993.

YIN, Robert. **Case Study Research: Design and Methods**. Newbury Park, CA: Sage, 1994.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludenre: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZIMMERMAN, Marc; RAPPAPORT, Julien. Citizen participation, perceived control, and psychological empowerment. **American Journal of community psychology**, [s.l.], v. 16, n. 5, p. 725- 750, oct. 1988.

